



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

ALMIR VIEIRA DE AGUIAR JUNIOR

**A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS, ESTUDO DE CASO:
PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA
GERALDO BELTRÃO EM JOÃO PESSOA - PB**

João Pessoa-PB 2014

ALMIR VIEIRA DE AGUIAR JUNIOR

**A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS, ESTUDO DE CASO:
PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA
GERALDO BELTRÃO EM JOÃO PESSOA - PB**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do grau de bacharel no curso de geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Fernandes
Alonso

João Pessoa-PB 2014

ALMIR VIEIRA DE AGUIAR JUNIOR

**A EDUCAÇÃO NAS PRISÕES BRASILEIRAS, ESTUDO DE CASO:
PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA
GERALDO BELTRÃO EM JOÃO PESSOA - PB**

Monografia apresentada à coordenação do curso de Geografia da Universidade Federal da Paraíba, para a obtenção do grau de bacharel no curso de geografia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Examinador

Examinador

Nota:

AGRADECIMENTOS

Este trabalho resulta de um somatório conjunto de esforços. Quero agradecer primeiramente a Deus e a minha família, tenho certeza que meus objetivos não seriam alcançados sem o seu apoio e colaboração de familiares, amigos e professores.

Aos meus pais, Almir Vieira e Maria Cleonice, que com muito esforço e dedicação abdicaram de quase tudo para proporcionar dentre incontáveis contribuições, uma educação e ensino de qualidade, para mim e meus irmãos, Diego, Rafael e Nathalia. Meus irmãos cujos debates acalorados sempre na hora de dormimos acerca dos mais diversos temas nos agigantou enquanto seres humanos.

Ao meu tio “Chico”, que conviveu conosco um breve período de tempo mas deixou muitas saudades, com quem aprendi muito sobre dar valor ao que realmente importa na vida, e que estas repousam nas coisas e atitudes mais simples.

Ao meu amor, Marcella Cunha de Aguiar, que sempre este ao meu lado em todos momentos, principalmente nos mais difíceis, responsável não apenas pelo meu crescimento, mas, pela evolução conjunta de nos dois, unidos por um só pensamento, não se limitando ou condicionando ao que considera-se como o convencional, a normalidade, arriscando na medida do possível, pois o passado já se foi e jamais retornará, o futuro é uma incógnita e o presente é uma dádiva por isso que se chama de presente.

Ao companheiro Tony que me deu forças nos momentos de fraqueza, que me auxiliou com uma sabedoria, pertencentes apenas àqueles que se propõem a serem solidários a que mais precisa de ajuda. A todo auxílio e dedicação com que me conduziu na árdua tarefa de me motivar para efetivação deste trabalho.

Por final a todos que fizeram parte da minha jornada até aqui, e aos que viram compor a minha vida e história.

RESUMO

O presente estudo propõe uma investigação das possibilidades da educação no sistema prisional brasileiro, mais especificamente no paraibano, como ferramenta de mudança de comportamento dos apenados, propiciada por meio de práticas educativas. Os limites do encarceramento em prisões constitui-se num método de institucionalização da punição, cuja finalidade é a de tornar os indivíduos dóceis, por meio de uma rotina que expropria dos que cumprem pena privativa de liberdade a sua compreensão do que é ser parte constituinte da sociedade, negando sua condição humana, em nome de uma preocupação por segurança e vingança desfavorecendo o prisioneiro e destruindo sua identidade social, conduzindo-o a uma subcultura do cárcere. As péssimas condições em que a pena é conduzida no confinamento são potencializadas pelas deficiências estruturais das prisões; proliferação de doenças, o ócio, a superlotação entre outros, constituem obstáculos à ressocialização dos condenados, não atendendo a individualização da pena. A educação é entendida como um instrumento libertador, oferecendo ao homem a possibilidade de conhecer o mundo no qual está inserido, sendo este responsável pelo seu destino, isto descrito em textos normativos nacionais e internacionais, opondo-se a realidade do sistema penitenciário. Pautando-se na análise bibliográfica e nos relatos dos profissionais penitenciários, apenados e da experiência adquirida *in loco*, o estudo permitiu entender a educação em unidades prisionais, mesmo com um número grande de empecilhos, o vislumbamento de uma nova realidade, alheia a criminalidade.

Palavras-chave: Educação. Sistema Prisional Brasileiro. Práticas educativas.

ABSTRACT

The present study proposes an investigation of the possibilities of education in the Brazilian prison system, more specifically in Brazil, as a tool for behavior change of prisoners, provided through educational practices. The limits of incarceration in prisons constitutes a method of institutionalization of punishment, whose purpose is to make people docile, through a routine that expropriation of the custodial sentence that meet their understanding of what it means to be a constituent part of society by denying their human condition, on behalf of a concern for safety and revenge detriment of the prisoner and destroying their social identity, leading to a subculture of the jail. The terrible conditions in which the penalty is conducted in confinement are potentiated by the structural weaknesses of prisons; proliferation of diseases, idleness, overcrowding among others, constitute obstacles to the resocialization of convicts, not answering the individualization of the sentence. Education is understood as a liberating instrument, giving the man a chance to see the world in which it is inserted, this being responsible for his fate, this described in national and international normative texts, opposing the reality of the penitentiary system. Basing on the analysis of reports and bibliographic prison professionals, apenados and experience gained on the spot, the study allowed understanding the education in prison units, even with a large number of obstacles, the beautiful Jacuzzi of a new reality, unrelated crime.

Key-words: Education. Brazilian Prison System. Educational practices.

LISTA DE SIGLAS

CF/88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONSEG	Conferência Nacional da Segurança Pública
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
GESIPE	Gerência do Sistema Penitenciário
GER	Gerência Executiva de Ressocialização
GPOC	Grupo Penitenciário de Operações com Cães
INFOPEN	Sistema Nacional de Informação Penitenciária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEP	Lei de Execução Penal
MEC	Ministério da Educação e cultura
MJ	Ministério da Justiça.
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SEAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECAP	Secretaria de Cidadania e Administração Penitenciária
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Programa Cidadania é Liberdade Eixos.....	31
Figura 2: Fotografia aérea do complexo prisional.....	32

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão.....	28
Fotografia 2: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão.....	34
Fotografia 3: Centro de treinamento, Penitenciária Geraldo Beltrão.....	35
Fotografia 4: Operações com Cães, Penitenciária Geraldo Beltrão.....	35
Fotografias 5 e 6: Espaço de vivência dos apenados, a “Cela”, Penitenciária Geraldo Beltrão.....	36
Fotografia 7: Biblioteca Penitenciária Geraldo Beltrão.....	38
Fotografia 8: Recipientes de plástico para refeição dos apenados, Penitenciária Geraldo Beltrão.....	42
Fotografia 9: Cozinha da Penitenciária Geraldo Beltrão.....	42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados referentes ao aumento da população carcerária - 1995 a 2005.....	13
Gráfico 2: Evolução do número de presos entre 2005/2009.....	15
Gráfico 3: Tipificação do crime por gênero - Masculino.....	17
Gráfico 4: Tipificação do crime por gênero - Feminino.....	18
Gráfico 5: População Carcerária – Paraíba.....	29
Gráfico 6: Dados educacionais por segmento de ensino.....	32
Gráfico 7: Gráfico referente ao número de apenados matriculados em segmentos educacionais.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro Geral dos apenados 2009, distribuídos pelas unidades da federação...	14
Tabela 2: Quadro Geral dos apenados do Estado da Paraíba 2013.....	25
Tabela 3: Distribuição das aulas por segmento de ensino/disciplinas, nos turnos manhã e tarde.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPITULO I - REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	12
1.1 SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL.....	12
1.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO EM NÚMEROS.....	12
1.3 A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	20
CAPÍTULO II - SISTEMA PENITENCIÁRIO PARAIBANO.....	25
2.1 OS LIMITES EDUCACIONAIS NA PARAÍBA.....	29
CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA	
MÁXIMA CRIMINALISTA GERALDO BELTRÃO.....	33
3.1 AS NOVAS TENDÊNCIAS DA EJA.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A violência enquanto tema é muito complexo e traz a tona inúmeros debates, sobretudo nos mais diversos ramos das ciências sociais. Retratada, em vários contextos, contudo, possui maior enfoque nos grandes centros urbanos, sendo este ambiente o palco principal de sua reprodução.

No Brasil, a escalada da violência remonta as transformações ocorridas a partir da década de 1960, com o crescimento “instantâneo” dos aglomerados urbanos, atrelado a falta de estudo e qualificação profissional da população, além de uma infraestrutura adequada que pudesse absorver o contingente populacional, fruto de surtos migratórios do campo para a cidade. Este advento resultou no assentamento desses indivíduos, nos terrenos mais baratos dos aglomerados urbanos, ou, na maioria dos casos em áreas invadidas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estas áreas recebem o nome de Comunidades “Carentes” com habitações subnormais, popularmente conhecidas como “FAVELAS”, sendo este lugar estereotipado como um ambiente de miséria, pobreza e violência extrema, o que se configuram em adjetivos muito sintéticos, e não representam a verdadeira realidade destas comunidades.

Segundo Carlos (1992, p. 83), as desigualdades não podem mais ser ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilegio conferido a uma parcela da sociedade brasileira.

Nos últimos anos parece haver um consenso quanto ao crescimento generalizado da violência nas diferentes regiões metropolitanas espalhadas pelo território nacional. Neste sentido, dados apresentados no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008 revelam que no decênio 1996/2006 o número total de homicídios registrados no Brasil cresceu 20%, percentual superior ao crescimento populacional neste período (SILVA, 2011).

O efeito direto da escalada da violência, é a certa difusão do medo generalizado, que vem criando uma sociedade representada notadamente pelo confinamento coletivo dos indivíduos em condomínios fechados, individualizando cada vez mais os que habitam nos aglomerados urbanos, deixando de se intercruzarem pessoas com culturas, experiências e conhecimentos diversos, homogeneizando cada vez mais os gostos e costumes.

Um fato incontestável e que muitos acreditam, é o da educação ser o meio mais capaz de fomentar uma sociedade mais justa e melhor, sendo a maneira mais eficaz de reduzir os problemas de grande magnitude enfrentados pela sociedade. Dos quais se pode destacar o da marginalidade como um dos mais emergenciais, e a solução para este problema estaria na educação.

A esse respeito, Paulo Freire (1977, p.96) destaca que a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.

Nesse esteio, Piaget (1896, p. 28) aborda que, houve, pois a preocupação de pôr em evidência as obrigações da sociedade para com o indivíduo a educar, mas também, em contrapartida, houve a intenção de enfatizar alguns dos objetivos sociais da educação: relevância especial foi conferida à indispensável solidariedade que associa o desenvolvimento da pessoa ao respeito pelo de outrem. Foi enfim ressaltado o papel dos pais. Vamos nos ater consecutivamente em cada um desses pontos de vista, no comentário a este texto que nos deram a honra de solicitar. O autor dessas linhas não é em absoluto um educador de profissão, e sim um psicólogo levado por suas pesquisas ao estudo dos problemas da formação do homem. É, por conseguinte, dentro do espírito da mais objetiva comprovação psicológica e sociológica que ele gostaria de insistir a respeito da permanência das questões suscitadas pelo estado atual da educação.

A educação dentro das Unidades Prisionais ainda representa um desafio para a administração pública no Brasil. Levando-se em consideração que a maior parcela dos apenados em nosso país é classificada como baixa renda e é exatamente aí que se encontram os mais baixos índices educacionais da população brasileira o Estado, enquanto poder público deveria incluir ao processo de ressocialização a educação como instrumento para tal processo.

O presente trabalho pode ser justificado pela falta de eficácia dos métodos utilizados atualmente de confinamento absoluto e prolongado demonstrado amplamente pela experiência que, no bojo do sistema prisional, traz a tona o resultado final de estarem fadados ao fracasso. Demonstrando a falta de competência do atual modelo prisional brasileiro no cumprimento dos objetivos propostos pela Lei de Execução Penal que atesta, entre outros elementos, a ressocialização e recondução dos apenados do sistema prisional, para a integração social.

O estudo tem como objetivo geral: demonstrar o quadro da educação no Sistema Penitenciário Brasileiro e Paraibano, bem como evidenciar aspectos legais relativos ao tema e ainda ressaltar a importância de educação no processo de ressocialização do apenado e como objetivos específicos: ressaltar a importância da Educação durante a vida do indivíduo como

instrumento humanizatório, de sociabilidade e ressocialização; demonstrar que a ressocialização e a (re) integração social são possíveis; evidenciar que a Educação constitui o instrumento propulsor para o desenvolvimento das potencialidades e postura do preso; repensando a vida, agindo com perseverança na busca do autoconhecimento e no exercício da cidadania.

Contudo além de inúmeros problemas, a superlotação das unidades prisionais e a falta de projetos e programas alternativos contribuem para que o Sistema Penitenciário cumpra, apenas, a mais singular de todas as suas atribuições: o Cárcere.

Diante da necessidade de minimizar os efeitos nefastos que a privação da liberdade, propicia aos apenados, foi proposto a criação de projetos relacionados principalmente a área educacional: educação básica e qualificação profissional, tendo como princípio fundamental a integração social dos condenados além da busca pela humanização da pena, viabilizado por um programa direcionado para a ressocialização dos apenados por meio de projetos.

Assim, faz-se fundamental observar que, mesmo por estarem reclusos em regime fechado, aberto ou semiaberto em unidades prisionais, os indivíduos devem ficar privados de sua liberdade, mas não de sua dignidade humana, pois são visíveis os efeitos perniciosos destas pessoas submetidas às péssimas condições de higiene, alojamentos, refeições e educação, oferecidos nas unidades prisionais.

Desta maneira o presente estudo tenta contribuir diretamente a uma mudança de comportamento dos apenados por meio do estudo e de cursos profissionalizantes. Haja vista que não existe prisão perpetua nem pena de morte no Brasil, faz-se necessário a implantação destes projetos, pois, é certo o retorno destes indivíduos ao seio social mais cedo ou mais tarde. Qualificados podem ter uma segunda chance, buscarem outros meios de subsistirem, além da pratica de crimes.

CAPÍTULO I - REFERÊNCIAL TEÓRICO

1.1 SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

O Sistema Penitenciário Nacional foi criado no ano de 2006, com a reestruturação do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Compete ao órgão ser o gestor e fiscalizador das Penitenciárias Federais em cumprimento à Lei de Execução Penal - LEP, em especial o que consta no artigo 72, parágrafo único, que lhe confere essa incumbência de forma exclusiva. O Sistema Penitenciário Federal é constituído pelos estabelecimentos penais federais, subordinados ao DEPEN do Ministério da Justiça.

No ano de 2010 o Governo Federal através do DEPEN apresentou dados referentes à população carcerária brasileira. Tais dados são levantados e tratados pelo Sistema Nacional de Informação Penitenciária (INFOPEN). A partir destas informações, o DEPEN direciona os investimentos e faz projeções do cenário prisional brasileiro. As políticas públicas voltadas para a constituição do sistema prisional brasileiro são subsidiadas pelo Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), que ainda disponibiliza recursos para pesquisas e estudos acadêmicos.

As Unidades Prisionais Federais foram criadas com o objetivo de recolher apenados com ligações a organizações criminosas e que, mesmo recluso numa penitenciária em nível estadual, exerçam de certo modo, algum tipo de liderança ou representem um grande risco para a sociedade. Para que ocorra a transferência do preso, os governos dos estados devem comprovar o grau de periculosidade do apenado em âmbito regional. Os órgãos, Ministério Público e o Judiciário estadual fazem a análise da solicitação, encaminhando posteriormente à Justiça Federal.

Segundo o juiz Walter Nunes que coordena o Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal, acompanha a administração das quatro prisões federais e atua como corregedor de uma delas, a de Mossoró (RN) –, o ano passado (2013) foi "atípico". “A massa carcerária nos estados é bem superior ao número de vagas, e quem acaba mandando nos presídios estaduais são os próprios presos”, afirmou Nunes. O custo de manutenção anual de cada preso para o governo federal é de mais de R\$ 20 mil (GLOBO1, 2014).

1.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO EM NÚMEROS

Segundo dados do Ministério da Justiça entre os anos de 1995 a 2005 a população carcerária do Brasil saltou de pouco mais de 148 mil presos para 361.402, o que representou um crescimento de 143,91% em uma década. A taxa anual de crescimento oscilava entre 10 e

12%. A partir de 2005, já com padrões de indicadores e informatização do processo de coleta de informações (período pós-InfoPen), a taxa de crescimento anual caiu para cerca de 5 a 7% ao ano. Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2009, a população carcerária aumentou de 361.402 para 473.626, o que representou um crescimento, em quatro anos, de 31,05%. Apesar da redução da taxa anual de encarceramento, o Brasil ainda apresenta um déficit de vagas de 194.650.

Gráfico 1: Dados referentes ao aumento da população carcerária - 1995 a 2005.



Fonte: Ministério da Justiça.

No que diz respeito às análises feitas pelo DEPEN essa redução percentual deve-se a:

- Aplicação de penas alternativas e medidas socioeducativas;
- Realizações de mutirões carcerários pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Melhoria do aparelhamento de prevenção dos servidores do sistema prisional.

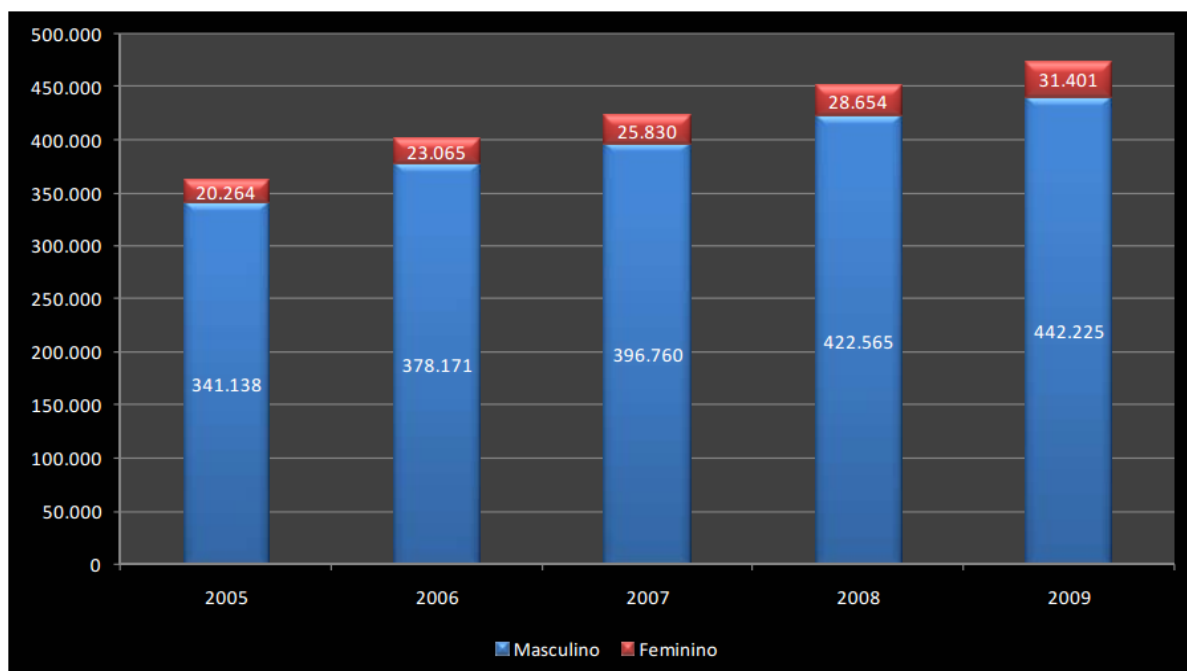
Tabela 1: Quadro Geral dos apenados 2009, distribuídos pelas unidades da federação inclusive o Distrito Federal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen																				
Quadro Geral																				
F1 - Total Populacional no Sistema Penitenciário													Referência:12/2009							
F2 - Déficit da População no Sistema Penitenciário																				
UF	Fechado		Semi-Aberto		Aberto		Med. Seg. - Internação		Med. Seg. -		Provisório		F1	Vagas - Sistema		F2	Presos da SSP		Vagas - Polícia	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.		Masc.	Fem.		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
AC	1522	59	639	34	26	1	10	0	3	1	1050	76	3421	1755	78	1588	0	5	0	0
AL	522	15	37	0	3	0	35	2	0	0	1261	103	1978	1823	118	37	397	4	0	0
AM	708	63	410	60	254	54	13	0	0	1	2153	159	3875	2125	172	1578	731	30	500	0
AP	421	25	434	7	24	1	0	0	41	0	755	104	1812	900	94	818	-	-	0	0
BA	2065	84	2061	65	170	6	72	4	0	0	3460	233	8220	6524	315	1381	5595	474	3856	250
CE	3517	113	2101	105	744	14	45	0	162	0	5805	266	12872	9553	393	2926	152	11	-	-
DF	3291	192	2944	133	0	0	58	1	0	0	1429	109	8157	6087	363	1707	74	0	100	0
ES	3966	297	1152	142	28	0	35	3	43	0	1766	604	8036	5103	482	2451	2628	49	2233	0
GO	3189	148	1892	99	808	23	8	1	1	0	3487	214	9870	5301	433	4136	1180	68	633	0
MA	596	40	568	24	126	1	0	0	0	0	2021	49	3425	2270	83	1072	1723	74	380	0
MG	11585	525	3796	172	505	21	0	0	0	0	16985	1532	35121	21658	1541	11922	10625	701	0	0
MS	4103	330	1359	187	774	82	35	0	1	0	2393	377	9641	4668	1002	4191	1054	149	-	-
MT	3481	282	1150	356	88	1	81	7	2	1	5090	522	11061	5055	180	5826	0	0	0	0
PA	3509	161	448	6	26	0	77	2	-	-	4153	354	8736	5845	270	2621	1553	0	-	-
PB	3712	112	1267	62	493	28	0	0	0	0	2658	192	8524	5160	153	3211	-	-	-	-
PE	3783	101	2841	142	1316	118	360	27	2	2	11578	771	21041	9196	479	11366	0	0	0	0
PI	306	10	276	13	54	3	26	1	25	0	1786	91	2591	1953	152	486	-	-	-	-
PR	7894	278	2365	113	7079	855	363	25	0	0	3098	96	22166	14178	509	7699	13671	1603	7406	540
RJ	8458	417	5734	169	651	64	69	7	0	0	7169	420	23158	22969	863	-674	3162	331	-	-
RN	1303	72	701	49	251	30	42	0	19	0	1222	86	3775	3146	150	699	345	42	60	0
RO	3111	236	1160	138	452	23	35	0	0	1	1649	181	6986	3717	386	3103	0	0	0	0
RR	228	27	315	22	201	9	0	0	0	0	761	88	1651	466	72	1113	8	0	-	-
RS	11806	637	6276	317	2364	127	338	28	206	27	6022	602	28750	17505	505	10740	0	0	0	0
SC	4577	314	2759	187	1462	87	111	1	0	0	3421	421	13340	7112	479	5749	-	-	0	0
SE	431	22	411	0	0	0	21	1	0	0	1750	106	2742	1983	24	735	295	93	-	-
SP	75954	5094	19466	1235	-	-	921	105	191	290	50378	881	154515	95751	6023	52741	5926	3474	-	-
TO	647	33	260	11	11	0	11	0	0	0	641	34	1648	1604	0	44	286	1	-	-
Total	164685	9687	62822	3848	17910	1548	2766	215	696	323	143941	8671	417112	263407	15319	139266	49405	7109	15168	790
Total Geral de Presos no sistema e na polícia:													473626							

Fonte: Ministério da Justiça.

Segundo dados do Ministério da Justiça, referentes ao ano de 2009, o Sistema Penitenciário Brasileiro contava com um contingente populacional de 473.626 em sua custódia, dentre os quais 442.225 eram do sexo masculino e 31.401 do sexo feminino, incluído neste somatório os que cumprem pena provisória, no regime fechado, aberto e semiaberto, além dos internos que cumpriam medida de segurança, como evidencia a tabela acima. Levando-se em consideração que no ano 2000 o número de custodiados girava em torno de 232.755, em menos de uma década, a população carcerária teve um aumento de quase cem por cento.

Gráfico 2: Evolução do número de presos entre 2005/2009



Fonte: Ministério da Justiça.

Os dados a seguir tomam por base o contingente populacional de 417.112, dados referentes ao ano de 2008.

Ainda no que tange aos apenados, 238,104 perfaziam o grupo dos jovens entre 18 e 29 anos, 156.197 grupo dos brancos, 69.543 pretos, e 170.808 eram de cor parda. No que diz respeito ao lugar de origem, 132.664 eram oriundos do perímetro urbano de municípios do interior do país, 169.872 pertencentes a áreas urbanas de regiões metropolitanas, e 13.204 da área rural.

No tocante ao perfil geral dos apenados, tem-se que, os graus de instrução, 26.091 eram analfabetos, e a grande maioria 178.540 possuíam o ensino fundamental incompleto, e um número de 60 apenas, detinham o título de curso superior. Estes dados educacionais tomam por base o contingente populacional de 417.112, dados referentes a 2008.

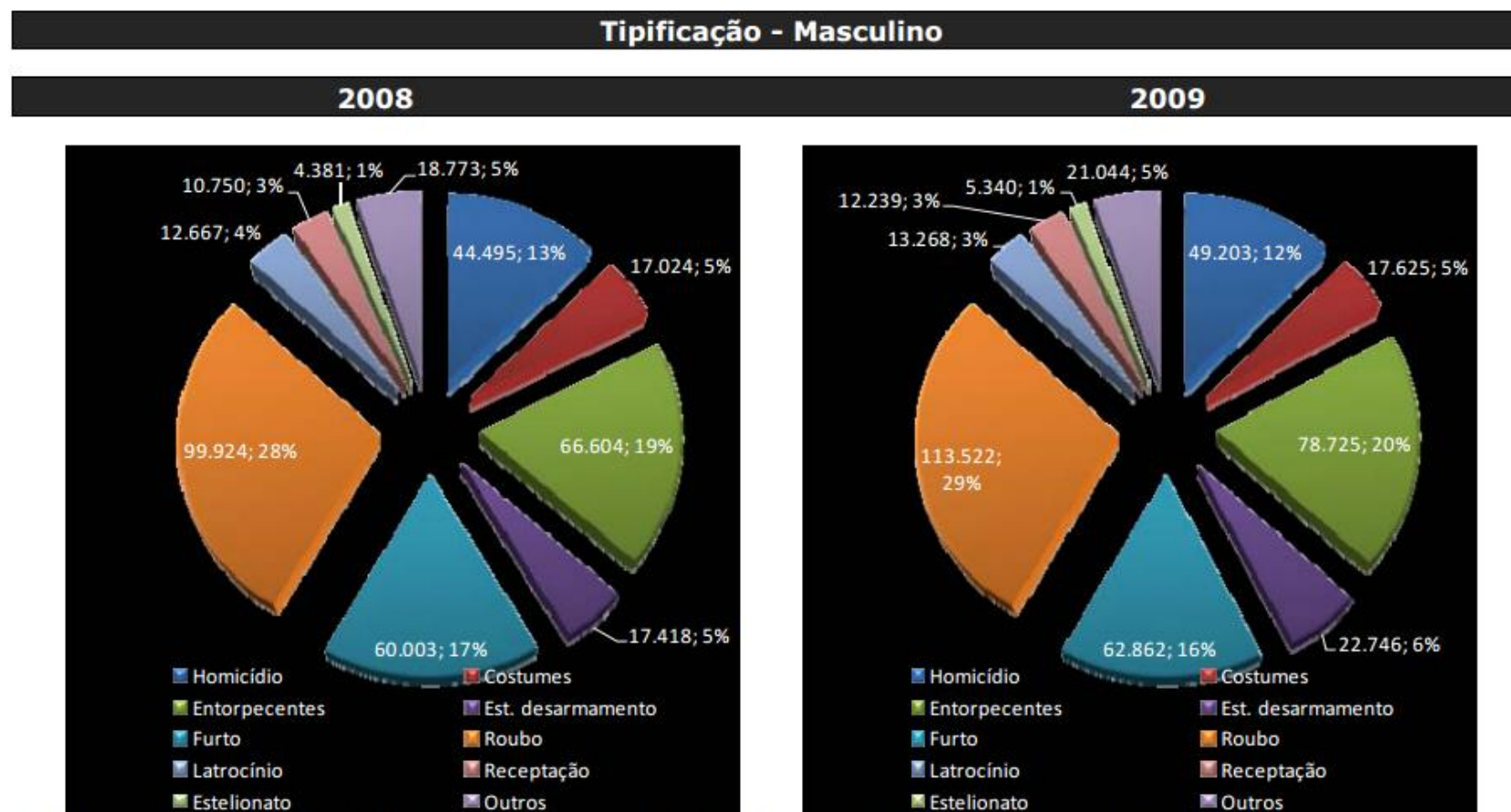
A diferença essencial entre as sociedades humanas e as sociedades animais decorre, ao contrário, do fato de que as principais condições sociais do homem os meios técnicos de produção, a linguagem com o conjunto de noções cuja construção ela possibilita, os costumes e as regras de todo tipo não vêm determinadas, já, do interior por mecanismos hereditários completamente montados, prontos a serem ativados ao contato com as coisas e com aqueles que estão perto: essas formas de comportamento são adquiridas por transmissão exterior, de geração em geração, isto é, através da educação, e só se desenvolvem em função de interações múltiplas e diferenciadas (PIAGET, 1896, p. 30).

Segundo Fernandes *apud* Moacir Gadotti, (Atual diretor do Instituto Paulo Freire) a educação é necessária para a conquista da liberdade de cada um e o seu exercício da cidadania, para o trabalho, para tornar as pessoas mais autônomas e mais felizes. A educação é necessária para a sobrevivência do ser humano e Gadotti ainda acrescenta que “o adulto não pode ser visto como criança, ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo e precisa resgatar sua autoestima” (FERNANDES, *et. al.*, 2012, p.5).

O Sistema Penitenciário Nacional, em pesquisa feita entre o quinquênio de 2003 a 2007, revelava que o sistema penitenciário contava com um contingente de 82. 286 servidores em atividade, dentre estes, pessoal administrativo, agentes penitenciários e corpo terapêutico, distribuídos em 1779 estabelecimentos prisionais.

No que concerne aos tipos dos crimes, observe as figuras a seguir:

Gráfico 3: Tipificação do crime por gênero - Masculino

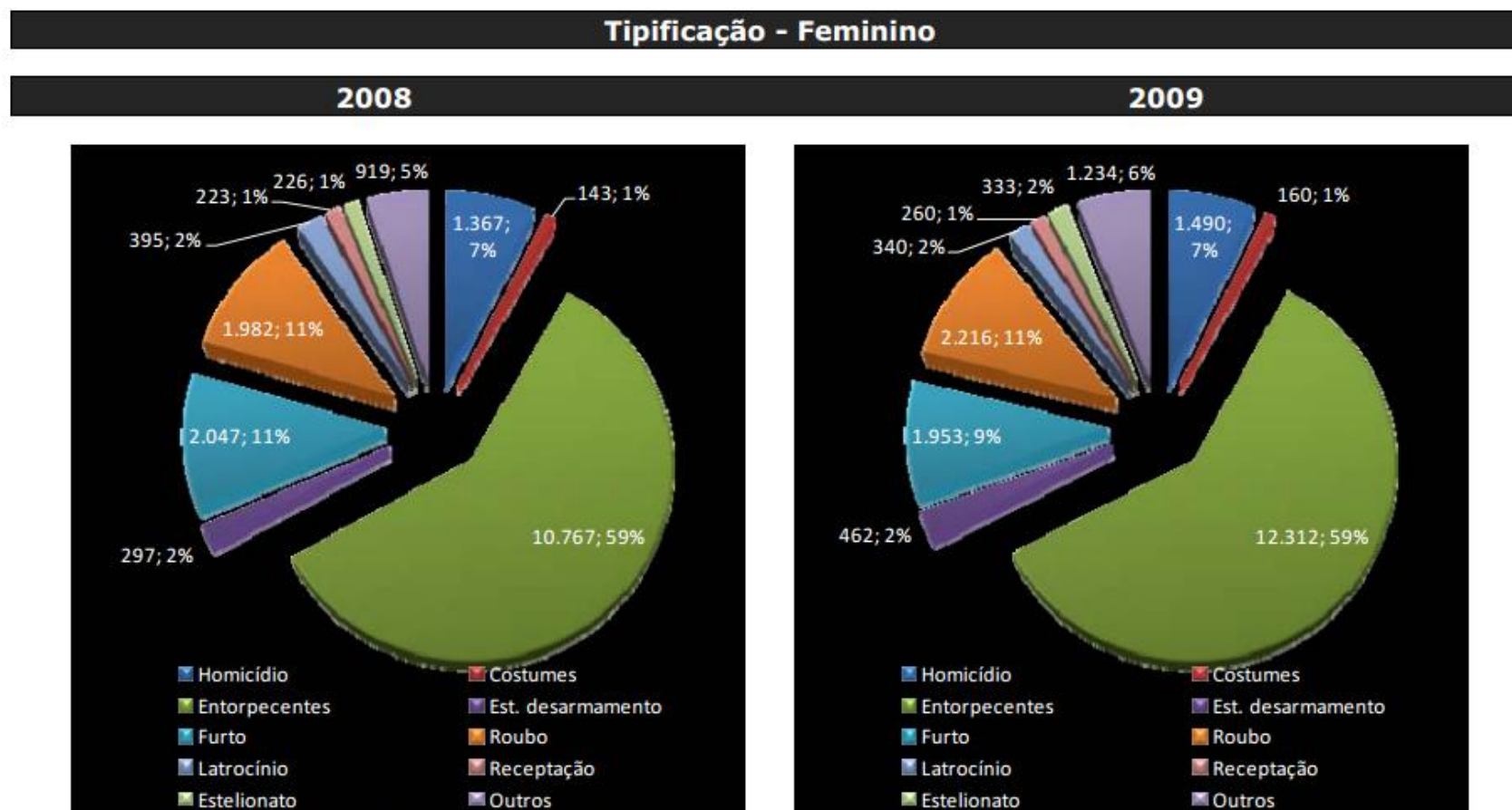


¹Os dados referem-se apenas à população carcerária custodiada no sistema penitenciário. Estão excluídos do gráfico os presos em unidades policiais.

²O somatório dos indicadores constantes nos gráficos acima não coincidem com o total de presos custodiados no sistema penitenciário em 2008 e 2009. Essa divergência decorre de inconsistências no preenchimento dos dados pelas Unidades da Federação.

Fonte: Ministério da Justiça.

Gráfico 4: Tipificação do crime por gênero - Feminino



¹Os dados referem-se apenas à população carcerária custodiada no sistema penitenciário. Estão excluídos do gráfico os presos em unidades policiais.

²O somatório dos indicadores constantes nos gráficos acima não coincidem com o total de presos custodiados no sistema penitenciário em 2008 e 2009. Essa divergência decorre de inconsistências no preenchimento dos dados pelas Unidades da Federação.

Fonte: Ministério da Justiça.

A grande maioria dos crimes cometidos por homens e mulheres no Brasil relaciona-se com o envolvimento com entorpecentes. No tocante ao gênero masculino é bastante expressivo em número de ocorrência os crimes contra a vida (homicídios) e os furtos, já o gênero feminino direciona-se aos furtos.

1.3 A EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

No que diz respeito à assistência educacional no Sistema Penitenciário Federal e consequentemente paraibano, visa garantir ao apenado o direito ao conhecimento e a evolução pessoal objetivando o retorno ao convívio em sociedade, seja por meio da Educação não formal, formal ou profissionalizante, validando assim a escolarização do apenado, por meio do aproveitamento das aulas, mesmo que o preso seja transferido para outras unidades ou, tenha sido concedido o alvará de soltura, será reconhecido pelo Ministério da Educação.

Nos últimos anos o Governo Federal, tem reconhecido os inúmeros problemas enfrentados no âmbito do sistema prisional brasileiro, dessa maneira vem, desenvolvendo um conjunto de práticas que objetivam por assim dizer a “humanização” do Sistema Penitenciário, em cumprimento as convenções, diretrizes e orientações para tratamento de prisioneiros da ONU, Lei de Execuções Penais e do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em respeito à dignidade do homem, a partir da harmonização dos procedimentos e ritos prisionais. Das inúmeras práticas, as que possuem grande relevância são a, constituição do FUNPEN (Fundo Penitenciário Nacional), no ano de 1994, do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), em 2007, o Plano Diretor do Sistema Penitenciário Brasileiro (2008), além da primeira Conferência Nacional da Segurança Pública (CONSEG, 2009).

O elemento comum em todas estas ações é o incentivo a educação como ferramenta essencial ao processo de ressocialização dos apenados.

Neste cenário, o decreto 1.093/94, que regulamentou o FUNPEN dispôs que,

Dentre outras finalidades, os recursos do fundo devem ser aplicados na formação cultural e educacional do condenado e do internado. O PRONASCI inclui dentre suas diretrizes a ressocialização dos indivíduos privados da liberdade mediante a implementação de projetos educativos e profissionalizantes. Por sua vez, o Plano Diretor do Sistema Penitenciário Brasileiro incluiu 22 metas basilares, a educação e profissionalização de apenados e a criação de espaços literários nos estabelecimentos prisionais (SILVA 2001, pp. 12, 13).

De acordo com Foucault (1977, p. 195):

A prisão é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos. A forma prisão preexiste a sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboram por todo corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classifica-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, trinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notas, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza.

As unidades prisionais acabam se tornando o meio punitivo final, sendo sua eficácia associada a capacidade de estabelecer uma rotina brutal, com procedimentos específicos, do raiar ao por do sol, repetindo-se durante o tempo em que durar a pena, perdendo a sua capacidade de devolver o cidadão ao âmbito social.

Foucault (1977, p. 195) comenta, que “a forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis, e úteis, através de um trabalho preciso sobre o seu corpo, criou a instituição, prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência”.

O modelo de punição pautado prioritariamente no confinamento e de indivíduos em unidades prisionais, é utilizado como justificativa em face ao aumento desenfreado do crime organizado no mundo e consequentemente no Brasil. É dever do Estado brasileiro combater a impunidade de forma efetiva para os crimes cometidos contra o Estado e contra a sociedade.

Para Malaquias (2008, p. 19):

A realidade do sistema prisional brasileiro, que é conceituado nos jargões político e jornalístico como verdadeira sucursal do inferno. É que a pena de reclusão, um dos mais violentos rituais do processo penal, verdadeiro martírio que o ser humano pode enfrentar, constitui-se num dos maiores problemas do Estado-Nação na contemporaneidade. Transcendendo o legalismo positivista de códigos ultrapassados, transformou-se em objeto de reflexão das ciências humanas, notadamente da antropologia e da sociologia, pela sua ineficácia na recuperação do delinquente.

Não há perspectiva de ressocialização para aqueles que cumprem pena privativa de liberdade na atualidade seja em qualquer uma das escalas, seja Macro ou Micro, pois, o que esta a espreita para estas pessoas é a constatação de uma subcultura do cárcere que o modela de sobremaneira, quase impedindo que este seja simpático, inclinado a aceitar outras formas de condução da sua pena, senão as impostas pelo sistema no qual está inserido.

Segundo Foucault (1977, p.13):

A punição vai se tornando, pois, a parte mais velada do processo penal, provocando varias consequências: deixa o campo da percepção quase diária e entra no da consciência abstrata; sua eficácia é atribuída à sua fatalidade não à sua intensidade visível; a certeza de ser punido é que deve desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro; a mecânica exemplar da punição muda às engrenagens. Por essa razão, a justiça não mais assume publicamente a parte da violência que está ligada a seu exercício.

A execução da pena vai se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena.

O acesso à educação é direito de todo cidadão brasileiro e há legislações, bem como acordos ou normas internacionais que visam estabelecer tal direito. Como mostra a Relatoria Nacional para o Direito à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras.

De acordo com Carreira (2009, p.10),

As pessoas encarceradas, assim como todos os demais seres humanos, têm o direito humano à educação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece o direito humano à educação em seu artigo 26º e estabelece que o objetivo dele é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos.

Há diversas referências nacionais e internacionais no âmbito educacional que enfatizam o direito ao acesso à educação. Segundo a Declaração Universal dos Direitos do Homem votada pelas Nações Unidas, em seu artigo 26º.

Comenta Piaget (1978, p.27):

Toda pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que diz respeito ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser assegurado a todos, em plenas condições de igualdade, em função do mérito. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

O Direito à educação é parte integrante de um conjunto de direitos denominados como direitos sociais, inspirados no valor da igualdade e isonomia entre os indivíduos. No Brasil temos o reconhecimento a partir da Constituição Federal de 1988, antes, porém, não se configurava em obrigação pelo menos formal do Estado brasileiro de garantir acesso à

educação pública de qualidade a todos os brasileiros, a educação em instituições a partir do ensino público era tido como um assistencialismo, destinado aqueles sem condições de pagar.

A promoção da educação fundamental passou a ser dever do Estado de acordo com a Constituição Federativa Brasileira que diz em seu art. 205 que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Além da Constituição Federal, de 1988, existem ainda duas leis que regulamentam e complementam a do direito à Educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Juntos, estes mecanismos abrem as portas da escola pública fundamental a todos os brasileiros, já que nenhuma criança, jovem ou adulto pode deixar de estudar por falta de vaga.

Segundo Piaget (1978, p. 29), “falar de um direito a educação é pois, em primeiro lugar, reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na própria formação do indivíduo”.

A Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

Contudo, explica Piaget (1896, p. 8) que assim, por tudo o que foi exposto, “a educação transforma-se num instrumento de libertação, aperfeiçoando a capacidade do homem de refletir e conhecer, sobre o mundo a seu redor e sobre si mesmo, sendo esta liberdade adquirida mediante a evolução para uma consciência crítica”.

Prevalece o ponto de vista de que, para as crianças provenientes das classes menos favorecidas, a escola maternal deverá propiciar um ambiente moral e intelectualmente enriquecedor, capaz de compensar, por sua atmosfera e sobretudo pela abundância e diversidade do material usado, a pobreza do ambiente familiar no tocante aos estímulos à curiosidade e à atividade.

Segundo Piaget (1896, p. 29), “falar de um direito a educação é pois, em primeiro lugar, reconhecer o papel indispensável dos fatores sociais na própria formação do indivíduo”.

No que diz respeito a assistência educacional no Sistema Penitenciário Federal e conseqüentemente paraibano, visa garantir ao apenado o direito ao conhecimento e a evolução pessoal objetivando o retorno ao convívio em sociedade, seja por meio da Educação não-formal, formal ou profissionalizante, validando assim a escolarização do apenado, por meio do aproveitamento das aulas, mesmo que o preso seja transferido para outras unidades ou, tenha sido concedido o alvará de soltura, será reconhecido pelo Ministério da Educação.

Para Freire (1997, p.4):

Este é particularmente o caso quando a própria elaboração teórica, em sua abertura à história, ilumina a urgência da alfabetização e da conscientização das massas neste País em que os analfabetos constituem a metade da população e são a maioria dos pauperizados por um sistema social marcado pela desigualdade e opressão.

Para Levin *et. al.*, (1984, p.29),

Uma política educacional democrática obviamente seria aquela em que as diferenças porventura existentes, no que se refere à quantidade e qualidade de educação recebidas, seriam decorrentes de fatores outros que não a origem e posição social do indivíduo... Isto é válido também quando as comunidades mais pobres das zonas urbanas são comparadas com as mais ricas. O acesso à educação tende a diferir sistematicamente de acordo com as vantagens sociais da população.

Torres (2001, p.7) faz referência à Conferência Mundial sobre a educação demonstrando os principais acontecimentos e metas para a educação.

Em março de 1990, em Jomtien, Tailândia, foi realizada a Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos”. De tal evento participaram governos, agências internacionais, organismos não governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito educativo e vindos do mundo inteiro. Os 155 governos presentes assinaram uma Declaração Mundial e um Marco de Ação, comprometendo-se a garantir uma “educação básica de qualidade” para crianças, jovens e adultos. (...) Quatro organismos internacionais patrocinaram a Conferência, formaram uma comissão Interagencial e estiveram envolvidos no acompanhamento dessa iniciativa: a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial.

Levando em consideração o direito fundamental do ser humano estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), o que subsidiou diversas redações legislativas nos países membros, dentre eles o Brasil. Tal direito fundamental é estendido também para população carcerária, já que em sua maioria não teve acesso a educação em idade regular. Porém tal direito e dever é também sugerido à população.

Piaget (1978, p.28) aborda que:

Houve a preocupação de pôr em evidência as obrigações da sociedade para com o indivíduo a educar, mas também, em contrapartida, houve a intenção de enfatizar alguns dos objetivos sociais da educação: relevância especial foi conferida à indispensável solidariedade que associa o desenvolvimento da pessoa ao respeito pelo de outrem.

CAPÍTULO II - SISTEMA PENITENCIÁRIO PARAIBANO

Tabela 2: Quadro Geral dos apenados do Estado da Paraíba 2013, distribuídos por REGIÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO, SEGURANÇA E INFORMAÇÃO
SISTEMA PENITENCIÁRIO DA PARAÍBA.

Mês: JANEIRO				Ano: 2013								
REGIÕES INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA	ÁREAS INTEGRADAS DE SEG. PÚBLICA	Mês Atual			Regime Fechado				Regime		Regime	
		Nº DE PRESOS			PROVISÓRIOS		SENTENCIADOS		SEMI-ABERTO		ABERTO	
		MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
1ª ZONA DA MATA	1ª AISP	1.134	3	1.137	890	2	244	1	0	0	0	0
	2ª AISP	1.831	366	2.197	100	195	1.354	116	243	36	134	19
	3ª AISP	82	0	82	45	0	27	0	6	0	4	0
	4ª AISP	620	0	620	294	0	199	0	71	0	56	0
	5ª AISP	120	0	120	61	0	22	0	24	0	13	0
SUB - TOTAL		3.787	369	4.156	1.390	197	1.846	117	344	36	207	19
2ª AGRESTE E BORBOREMA	6ª AISP	699	0	699	290	0	249	0	119	0	41	0
	7ª AISP	123	0	123	71	0	24	0	23	0	5	0
	8ª AISP	1.201	81	1.282	423	39	631	29	147	13	0	0
	9ª AISP	93	0	93	50	0	10	0	22	0	11	0
	10ª AISP	213	0	213	85	0	70	0	37	0	21	0
	11ª AISP	104	0	104	48	0	31	0	21	0	4	0
	12ª AISP	75	0	75	31	0	19	0	15	0	10	0
	13ª AISP	183	0	183	104	0	29	0	25	0	25	0
SUB - TOTAL		2.691	81	2.772	1.102	39	1.063	29	409	13	117	0
3ª SERTÃO	14ª AISP	604	95	699	151	47	260	23	159	18	34	7
	15ª AISP	63	0	63	11	0	30	0	14	0	8	0
	16ª AISP	145	0	145	49	0	40	0	34	0	22	0
	17ª AISP	212	0	212	76	0	86	0	35	0	15	0
	18ª AISP	391	7	398	212	2	64	2	69	3	46	0
	19ª AISP	286	36	322	96	9	95	18	70	9	25	0
SUB - TOTAL		1.701	138	1.839	595	58	575	43	381	30	150	7
TOTAL POR SEXO		8.179	588		3.087	294	3.484	189	1.134	79	474	26
TOTAL GERAL		79 UNID.		8.767			3.381		3.673		1.213	500
PORCENTAGEM		ATIVAS		100%			39%		42%		14%	6%

Região	Quantidade de Presos
1ª	1.137
2ª	2.197
3ª	82
4ª	620
5ª	120
6ª	699
7ª	123
8ª	1.282
9ª	93
10ª	213
11ª	104
12ª	75
13ª	183
14ª	699
15ª	63
16ª	145
17ª	212
18ª	398
19ª	322

Fonte: Setor do Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN/GEPLAS.

Fonte: SEAP - PB.

Os princípios básicos e fundamentais do Sistema Penitenciário da Paraíba (SEAP, 2011) emanam de concepções humanísticas, filosóficas, políticas, éticas e sociais que são:

- A correção do homem que delinuiu, manifesto na existência de um regime progressivo pelo qual transita o apenado em função do seu comportamento, passando de níveis mais severos a mais suaves, até a fase de reintegração à sociedade, de forma adequada;
- O humanismo, que se expressa na inviolabilidade da integridade física e psíquica do apenado, não existindo nenhum tipo de discriminação por motivos de raça, cor, religião sexo ou nacionalidade; partindo do princípio de que todo homem que tenha cometido um delito é capaz de reintegrar-se à sociedade de uma forma útil, tendo direito a um tratamento justo e digno.

Na Paraíba, o sistema penitenciário é gerenciado pela Secretaria da Cidadania e Administração Penitenciária, criada no ano de 1928, é a mais antiga secretaria da administração direta do Governo do Estado da Paraíba. Inicialmente denominada de Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública, sua gênese foi concatenada a sansão pelo então presidente do Estado da Parahyba do Norte, João Pessoa.

Contudo o primeiro titular da pasta foi José Américo de Almeida, logo depois a sua posse passou a ser denominada de Secretaria do Interior e justiça. Após um novo cronograma em 2007, uma reformulação alterou a pasta, esta passou a ser denominada de Secretaria de Cidadania e Administração Penitenciária (SECAP) no ano de 2011 a pasta passa a ser chamada de Secretaria de Administração Penitenciaria (SEAP) e administra as unidades prisionais do Estado.

Dentre os titulares que assumiram o cargo de Secretário da Cidadania e Administração Penitenciária nos últimos anos, estão aqueles, que deram sua contribuição como administradores: Odon Bezerra Cavalcanti, Argemiro de Figueiredo, José Marques da Silva Mariz, Celso Mariz, Janduí Carneiro, Abelardo Jurema, Fernando Milinez, Flávio Sátiro Fernandes, Inácio Bento de Moraes, Pedro Medeiros, Inaldo Leitão, Carlos Dunga, Tarcizo Telino, Jório Machado, Arthur Cunha Lima, Antonio Vital do Rego, Pedro Adelson, Rooselvet Vita, Carlos Mangueira, José Alves Formiga, Harrison Targino, Walber Virgulino, atual secretário.

A distribuição das unidades prisionais do estado segue a divisão regional proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da década de 1980, estabelece que, a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas

seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (BRASIL, 2014).

Seguindo esta classificação se subdividem nas chamadas Regiões Integradas de Segurança Pública, com o objetivo de facilitar as políticas públicas voltadas para o sistema prisional da Paraíba, são estas:

- 1º Região; Zona da Mata;
- 2º Região; Agreste e Borborema;
- 3º Região; Sertão.

O Sistema Penitenciário Paraibano atualmente é formado por um conjunto arquitetônico de 59 cadeias públicas e 19 presídios. Dentre estes dois são direcionados ao público femininos: o Centro de Reabilitação Maria Júlia Maranhão (o Bom Pastor), situado na cidade de João Pessoa, e o Presídio Feminino de Campina Grande.

Na capital paraibana (Mesorregião da Mata), cidade de João Pessoa funcionam:

- Complexo Penitenciário de Segurança Máxima Romeu Gonçalves de Abrantes, (o PB 1);
- Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão (fotografia 1);
- Presídio Modelo Desembargador Flóscolo da Nobrega (Róger);
- Complexo Penitenciário Silvio Porto;
- Penitenciária Juiz Hitler Cantalice (Média de Mangabeira);
- Presídio Especial Desembargador Francisco Espínola;
- Instituto de Psiquiatria Forense.

Fotografia 1: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

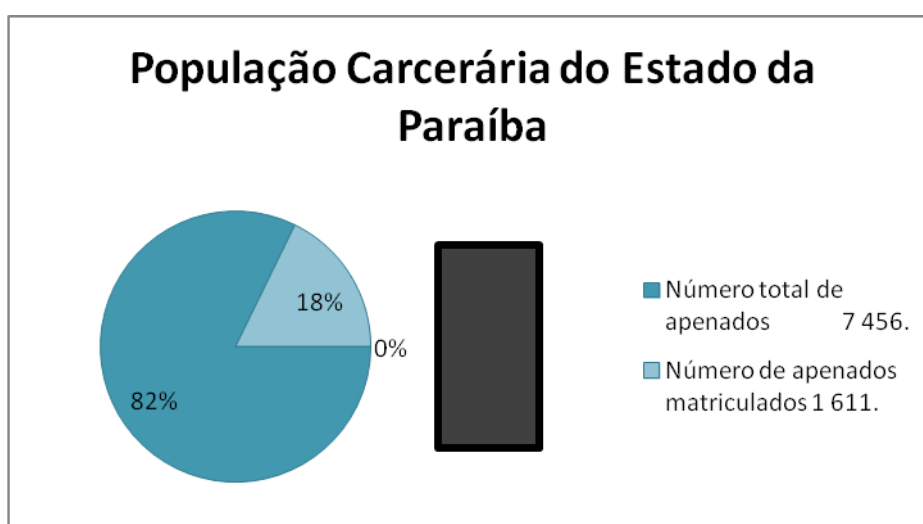
A cidade de Campina Grande conta com o Presídio Regional de Campina Grande, (Serrotão), a Casa de Detenção, conhecida popularmente como Presídio Monte Santo. As demais regiões do Estado são abrangidas pelo (a): Presídio Regional de Sapé, Presídio Regional de Guarabira, Instituto de Reeducação de Santa Rita, Presídio Regional de Patos, Presídio Regional de Sousa, e a Colônia Agrícola de Sousa.

O Estado da Paraíba concentra a terceira maior população carcerária do País e a primeira da região nordeste, segundo os dados divulgados pelo DEPEN, no ano de 2005. Segundo a Secretaria de Segurança, o Sistema Penitenciário possui uma população total de 9.233 apenados, sendo estes em regime fechado perfazendo um número de 7.456, quando a capacidade das unidades prisionais é de 3.577 vagas. O Sistema Penitenciário Paraibano, em levantamento no mês de janeiro do ano de 2014, denotava que o sistema penitenciário contava com um corpo funcional de 1700 servidores em atividade, dentre estes, pessoal administrativo, agentes penitenciários, distribuídos em 59 cadeias, 19 penitenciárias além da Secretaria de Administração Penitenciária, e ao atendimento de cerca de 7.456, número de servidores que demonstra ser insuficiente, haja visto a debilidade conjuntural do Sistema (dados do ano de 2013).

2.1 OS LIMITES EDUCACIONAIS NA PARAÍBA

A figura abaixo revela a nefasta realidade educacional nas prisões da Paraíba, no qual menos de 18% do número total de apenados está matriculados nas salas de aulas destinadas a educação dentro das unidades prisionais, quadro este que é um reflexo do nacional, onde grande parte da população carcerária brasileira é marginalizada por uma educação de baixa qualidade.

Gráfico 5: População Carcerária da Paraíba e o número de matriculados nos segmentos educacionais – I, II, Médio e EJA.



Fonte: Gerência Executiva de Ressocialização (GER) – Paraíba.

Para Malaquias (2008, p.60), em conformidade com a realidade carcerária nacional, o detento paraibano não possui características que venha a diferenciá-lo dos demais apenados brasileiros. O contingente carcerário paraibano é composto, em sua grande maioria, por jovens pobres, analfabetos, na faixa de 18 a 28 anos de idade, solteiros e primários. Apenas 30% deles são casados e possuem filhos com idade que oscila entre zero a cinco anos. Esses dados são do último censo penitenciário, realizado em 2001, pelo Ministério da Justiça, através do Projeto Mutirão da Execução Penal.

A respeito do direito fundamental a educação, Torres (2001, p.19) ressalta que:

Cada pessoa, criança, jovem ou adulto, deverá poder aproveitar as oportunidades educativas destinadas a satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades englobam tanto as ferramentas essenciais para a aprendizagem (tais como: alfabetização, expressão oral, cálculo e solução de problemas) como os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes)

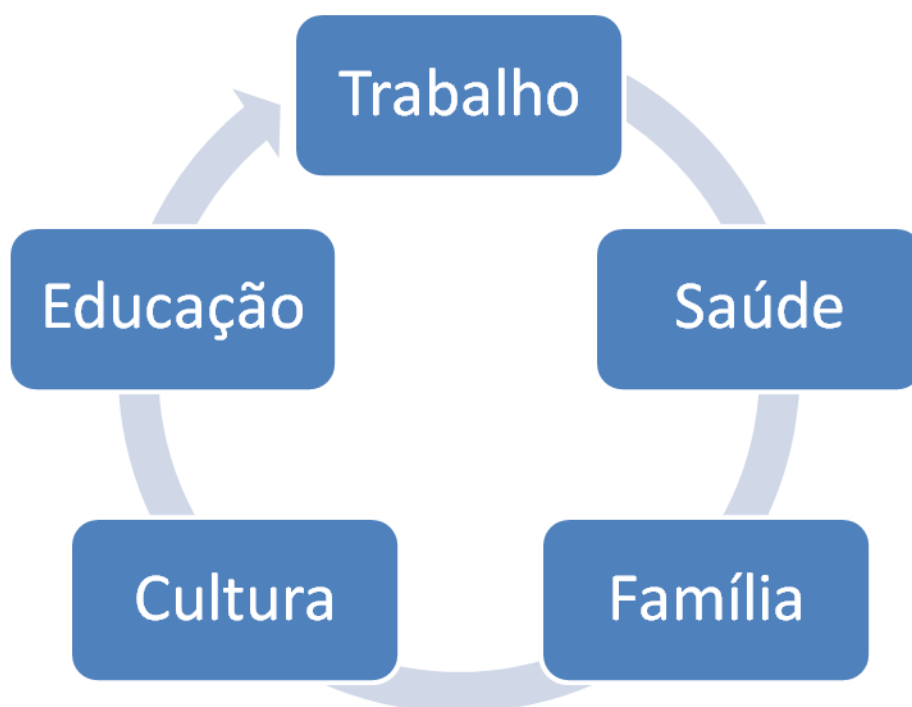
de que os seres humanos necessitam para sobreviver, desenvolver todas as suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, tomar decisões informadas e continuar aprendendo. A maneira de alcançar as necessidades básicas de aprendizagem e de satisfazê-las variam de acordo com cada país, e cultura e mudam, inevitavelmente, com o passar do tempo (TORRES, 2001, p. 19).

O Ministério da Educação reconhece que esteve ausente das políticas públicas que visam à oferta de educação no sistema penitenciário e que vinham sendo postas em prática até o momento pelos Estados. A partir do protocolo de intenções firmado em setembro de 2005 entre Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, e Ministério da Justiça, através do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, estes Ministérios se comprometeram em promover e acompanhar as ações educativas realizadas no sistema penitenciário em regime de colaboração com as Secretarias de Educação e de Administração Penitenciária dos Estados que fazem parte do Projeto Piloto e gradativamente ir ampliando esta promoção e acompanhamento para os demais Estados da Federação.

Através de uma ação do DEPEN, por meio da Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – CGTP/DISPF/DEPEN, com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação - MEC, foi possível inserir a pauta do Sistema Penitenciário Federal – SPF no rol da Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos, tornando-o a 28ª Unidade da Federação no que tange a todas as ações educacionais do MEC. Dessa forma, está sendo inserido em todos os programas existentes, tais como PRONATEC, ENEM, ENCCEJA, SISU, dentre outros.

No estado da Paraíba a coordenação educacional cabe a Gerência Executiva de Ressocialização (GER) criada em maio de 2011, é responsável pela coordenação e unificação de todas as ações, programas e projetos para a inclusão social do reeducando em vários aspectos, e, além disso, presta assistência à família, quando necessário, através de programas e ações que objetivam a “Cidadania e Liberdade”. Deste sua gênese começou a implantar uma série de iniciativas estratégicas com vistas à criação de oportunidades para o reeducando. O Programa é estruturado em cinco eixos fundamentais (figura 1):

Figura 1: Programa Cidadania é Liberdade Eixos



Fonte: Gerência de Ressocialização.

Vale ainda, ressaltar que as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação de jovens e adultos em privação de liberdade nos estabelecimentos penais, aprovadas em 2010 pela Câmara Básica do Conselho Nacional de Educação (publicação da Resolução CNE nº 02/2010) e homologada pelo Ministro da Educação, prevê no artigo 3º que a oferta de educação nas Penitenciárias Federais é de responsabilidade do Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Justiça, e que esses poderão celebrar convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios.

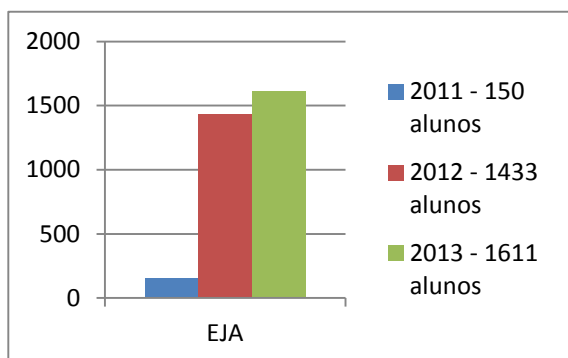
O alicerce fundamental da educação no sistema prisional paraibano é a Educação de Jovens e Adultos (EJA) haja visto que segundo dados da Secretaria de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária (antiga SECAP) e atual Secretária da Administração Penitenciária (SEAP) a grande maioria dos que cumprem pena privativa de liberdade no sistema prisional paraibano são analfabetos ou semialfabetizados. Na área da educação, temos 1.611 reeducandos participando de cursos de alfabetização, ensino fundamental nos segmentos I e II do EJA (Educação Jovens e Adultos) e ensino médio.

O acesso a educação se faz necessário para que a liberdade de cada indivíduo seja conquistada por meio desta, visando o exercício pleno da cidadania, tornando desta maneira as pessoas que vivem no encarceramento mais autônomas e felizes. Muito embora o acesso a

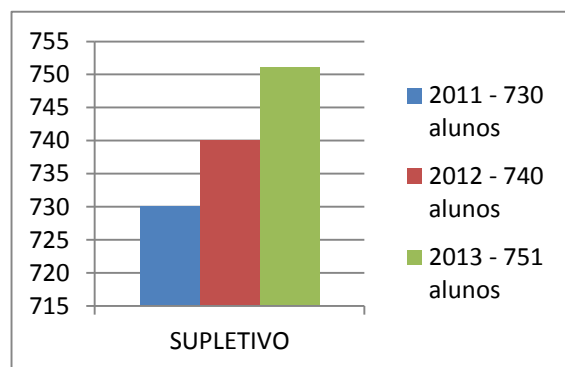
educação seja garantido por nossa carta Magna, a Constituição Brasileira e pela Lei de Execução Penal, não pode ser caracterizada como um benefício visto na grande maioria dos casos, apenas 18% dos que cumprem pena no Estado da Paraíba, está inserido em atividades educacionais. Este quadro se reproduz, pois, a sociedade em conjunto não exige que os direitos dos apenados sejam cumpridos, na maioria dos casos o desaprova.

Gráfico 6: Dados educacionais por segmento de ensino

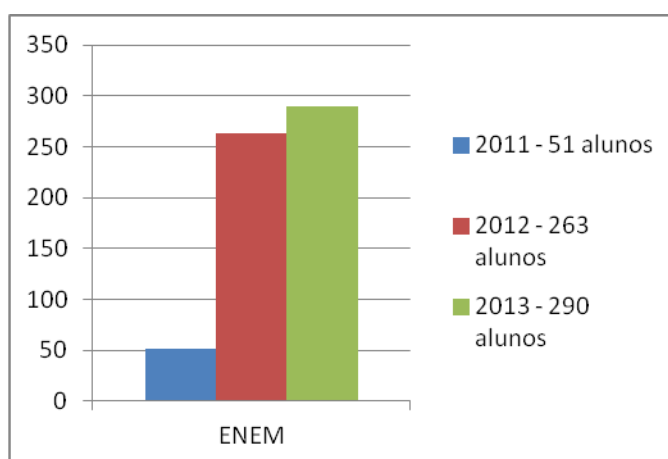
Ensino Regular (EJA- 2011/2012/2013)



Supletivo (2011/2012/2013)



ENEM (2011/2012/2013)



Fonte: Autor da pesquisa.

CAPÍTULO III - ESTUDO DE CASO: PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA GERALDO BELTRÃO

Figura 2: Fotografia aérea do complexo prisional



Fonte: Google Earth

	Complexo Prisional Geraldo Beltrão
	Espaço reflorestado com eucaliptos (Desordenado)
	Área reflorestada com eucaliptos em fileiras
	Testemunhos de floresta nativa

A Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão (Figura 2) está situada numa área de 4.500 metros quadrados próximo a uma testemunho florestal. O complexo prisional possui 2.100 metros quadrados de área construída. Localizada na cidade de João Pessoa, é conhecida como Máxima de Mangabeira situa-se no bairro homônimo, foi fechada no ano de

2000 para passar por reforma, pois, sua estrutura era muito antiga, sendo reinaugurada no dia 25 de julho de 2001, com nova nomenclatura.

Nas áreas situadas mais ao Norte e Oeste da figura observa-se a expansão do perímetro urbano do bairro de Mangabeira em direção ao Sul e a Leste, requisitando as localidades próximas ao testemunhos de Mata Atlântica.

Fotografia 2: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão; Muro externo.



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

A estrutura física é composta por uma área destinada a preparação dos agentes penitenciários da unidade na prática da defesa pessoal (Fotografia 3), para um aperfeiçoamento contínuo dos profissionais, localizada logo no acesso de entrada da unidade. Um canil do Grupo Penitenciário de Operações com Cães o GPOC (Fotografia 4), destinado ao treinamento de animais que serão utilizados na rotina da unidade prisional, principalmente na busca por entorpecentes. Conta ainda com 18 celas em um único pavilhão, com capacidade entre seis a sete apenados, sendo seu limite máximo 114 apenados. O muro externo possui cerca de alta tensão, e quatro guaritas.

Fotografia 3: Centro de treinamento, Penitenciária Geraldo Beltrão



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

Fotografia 4: Operações com Cães, Penitenciária Geraldo Beltrão



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

A construção é antiquada não sendo possível o cumprimento dos objetivos destinados a suas atribuições, que é a de garantir a integridade física e psicológica dos detentos. As paredes do corredor vão ficando mais imundo na medida em que se avança, são escarradas com sangue, muitas vezes de indivíduos com tuberculose. As celas são quentes, malcheirosas, superlotadas e escuras, transformando este ambiente em áreas insalubres para os presos e profissionais, muito parecido com uma estrutura “medieval” o calabouço. Na parte operacional, uma melhoria considerável no arquivamento dos dados, estes precisos com relação a população carcerária. Tudo funciona regularmente e toda informação recente encontra-se digitalizada.

Desta maneira Zaffaroni (2011, p.43) expressa que todas as sociedades institucionalizam ou formalizam o poder (estado) selecionam um reduzido número de pessoas que submetem a sua coação com o fim de impor-lhes uma pena. Esta seleção penalizante se chama *criminalização* e não se leva a cabo por acaso, mas como resultado da gestão de um conjunto de *agências* que formam o chamado sistema pena.

Foucault (1977, p. 14) em seu conceito sobre o enclausuramento declara que este,

Visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e um bem... Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, as dores do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos.

Fotografias 5 e 6: Espaço de vivência dos apenados, a “Cela”, Penitenciária Geraldo Beltrão



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

A fotografias 5 e 6 mostra a Categoria de Análise Geográfica: Lugar, “o espaço de vivência cotidiana” de um grupo de pessoas que vivem amontoadas em acomodações insalubres e superlotadas. A direção da unidade fez a liberação das imagens da cela de número um, pois, constatei que está era mais limpa e organizada, constituída por apenados que apresentam um bom comportamento. Na medida em que se avança no corredor do pavilhão as celas vão ficando mais degradantes.

Para Malaquias (2004, p.62), o cotidiano das prisões, uma estrutura viciada e carcomida pelos maus-tratos e pela corrupção, é um dos temas mais estudados, pelos diferentes campos do conhecimento, neste momento histórico, em decorrência da evidente e incontestável falência do confinamento carcerário enquanto método de prevenção e recuperação de delinquentes.

Conforme acentua Malaquias *apud* Farias Junior. “A prisão é um antro dos mais degradantes e perversores que se possa imaginar. É o caldo de cultura de todos os vícios, baixezas e degenerescência. É a mais poderosa sementeira dos delitos. É monstro de desespero e sucursal do inferno” (FARIAS JUNIOR, 1993, p.195).

Os delitos e faltas cometidas são punidas com o isolamento em cela individual, por um período de um a trinta dias, variando de acordo com o nível da falta: média, grave.

No momento do presente estudo, contava com um contingente populacional de 241, mais do que o dobro da capacidade máxima, numa média de 13 apenados por cela, apenados de alta periculosidade, condenados nos mais diversos delitos, homicídios, formação de quadrilha, tráfico de drogas. A faixa etária varia entre 18 e 27 anos.

O gerenciamento operacional da unidade fica a cargo de 6 funcionários, 36 agentes penitenciários que se revezam em plantões de 24 horas por 72 de folga, doze policiais militares, responsáveis pelo policiamento e vigilância da muralha externa e guaritas. Com o ingresso dos agentes que passaram por processo seletivo, a qualificação do corpo funcional melhorou substancialmente, fato este que traz benefícios principalmente à disciplina.

Cinco vezes por semana: nas segundas, terças, quintas e sextas-feiras -, os detentos tomam banho de sol, durante o período de 40 minutos. Entretanto, os presos das 18 celas são liberados em grupos de 2 (duas celas), após abertura dos cadeados e acionamento de um sinal sonoro. A cada turno os integrantes das celas, por volta de 38 detentos têm acesso ao pátio do banho de sol. Há alternância no chamamento das celas para que sejam evitadas hostilidades entre as facções rivais dentro dos presídios. Com as celas vazias o policiamento aproveita a ausência dos apenados e faz revistas a procura de aparelhos celulares, armamentos e drogas.

Nas quartas-feiras, é permitida a visita íntima. Não existe um local específico para o atendimento das visitas, estas ocorrem dentro da própria cela, onde os apenados fazendo uso de lençóis constroem uma espécie de tenda para garantia de privacidade. Todos os domingos são realizadas visitas familiares. Para garantia da segurança dentro do presídio, permite-se apenas o ingresso de quatro pessoas, prioritariamente os ascendentes, descendentes e esposa. No âmbito formal os aparelhos de rádio e televisão são proibidos.

No presídio Geraldo Beltrão, Mais de 70% dos detentos é analfabeto e 30% estudaram no máximo até a quarta série, do ensino fundamental um. Os alfabetizados têm acesso a livros, revistas e jornais, além de educação oferecida em ambiente apropriado nas dependências da unidade.

Fotografia 7: Biblioteca e as de aula da Penitenciária Geraldo Beltrão

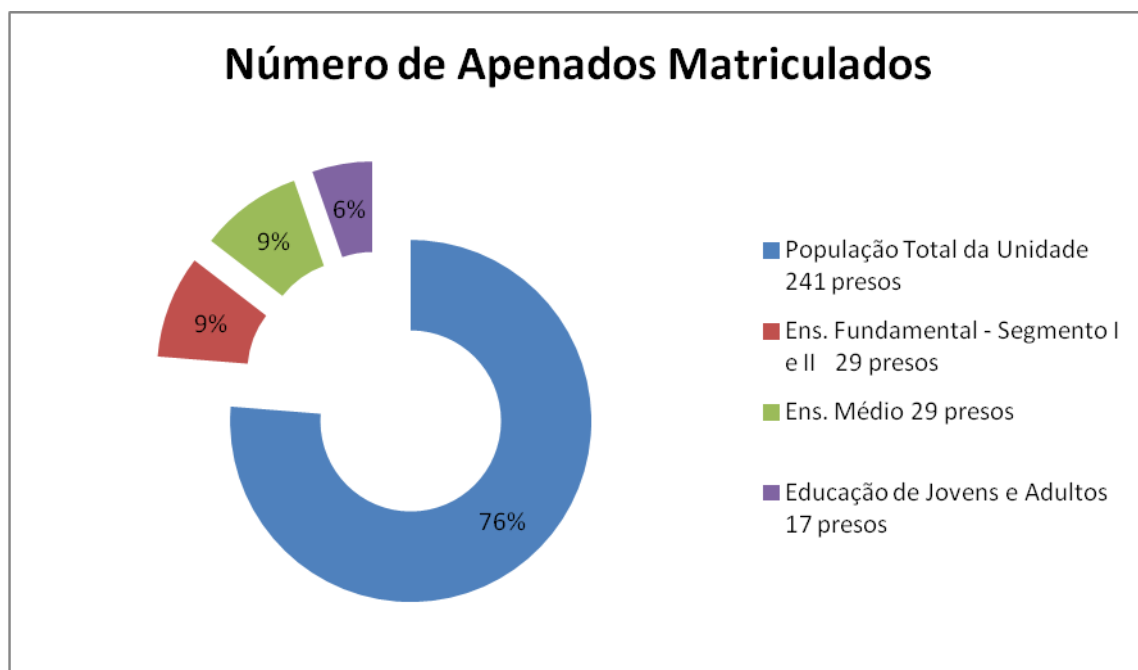


Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

A biblioteca (Fotografia 7) que esta em desenvolvimento conta com um acervo com mais de 300 livros paradidáticos, fruto de solicitações por meio de ofício ao Coordenador da CAE – Coordenadoria de Assistência ao Estudante da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba do estado e coleta de doação no Centro administrativo do estado.

O número de apenados que participam de práticas educacionais é ínfimo, quando comparado com a população total da unidade participando de cursos de alfabetização, ensino fundamental nos segmentos I e II do EJA (Educação Jovens e Adultos) e ensino médio, como descrito no gráfico a seguir:

Gráfico 7: Gráfico referente ao número de apenados matriculados em segmentos educacionais.



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

Este quadro repete-se em outras unidades prisionais do estado, fruto de uma relutância por parte dos apenados em aceitarem políticas que possam vir auxiliá-lo de certa maneira, a uma reinserção a sociedade.

No que concerne ao exposto Malaquias (2004, p.47), no universo carcerário, é complexa a relação interpessoal. Desconfiança e temor de retaliação, tanto por parte das autoridades carcerárias como pelos próprios encarcerados, dificultam o contato com o apenado. Vitimado pelo medo e pela crise de identidade e auto-estima, este não acredita ser alvo de preocupação de entidades que propugnam pela dignidade do enclausuramento penal.

Tabela 3: Distribuição das aulas por segmento de ensino/disciplinas, nos turnos manhã e tarde.

MAXIMA GERALDO BELTÃO - Nº DE SALAS						
MODALIDADE DE ENSINO	HORARIO	SALA	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
MANHÃ						
SEGMENTO I	08:00 ÀS 09:30	1	POLIVALENTE	POLIVALENTE	POLIVALENTE	POLIVALENTE
TARDE						
SEGMENTO II	13:30 ÀS 14:30	1	MATEMÁTICA	HISTÓRIA	CIÊNCIAS	PORTUGUÊS
	14:30 ÀS 15:30		MATEMÁTICA	HISTÓRIA	CIÊNCIAS	PORTUGUÊS
	15:30 ÀS 16:30		GEOGRAFIA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	INGLÊS
	16:30 ÀS 17:30		GEOGRAFIA	ARTES	ARTES	INGLÊS
MÉDIO	13:30 ÀS 14:30	1	FÍSICA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	INGLÊS
	14:30 ÀS 15:30		GEOGRAFIA	PORTUGUÊS	MATEMÁTICA	INGLÊS
	15:30 ÀS 16:30		MATEMÁTICA	HISTÓRIA	BIOLOGIA	PORTUGUÊS
	16:30 ÀS 17:30		QUÍMICA	HISTÓRIA	BIOLOGIA	SOCIOLOGIA / FILOSOFIA

Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

O horário das aulas configura-se num dos momentos mais tensos para os agentes penitenciários, no que diz respeito à segurança, pois estes logo após o banho de sol tem que fazer a retirada de cada apenado/estudante de suas respectivas celas, o que gera certa tensão e stress entre os agentes e os presos, com a repetição de procedimentos de segurança.

3.1 AS NOVAS TENDÊNCIAS DA EJA

Até recentemente a educação de jovens e adultos era entendida como uma compensação para aqueles que por algum motivo ou percalço da vida não tiveram possibilidade de acesso a educação ou não concluíram o ensino na fase apropriada, sendo desta maneira a alternativa mais apropriada para os apenados. Quando o principal objetivo desta modalidade educacional calcava-se na recuperação do tempo perdido. Segundo Sucupira, Tinha como características básicas:

- A compreensão de que há uma idade própria para aprender. O melhor momento para aprendizagem seria quando criança, pois na idade adulta essa capacidade de aprendizagem diminui;
- A justificativa de que as pessoas teriam tido pouca ou má escolarização;
- A crença na reforma do ensino fundamental como solução para o problema da falta de atendimento a jovens e adultos.

De acordo com Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. Escolheram Paulo Freire para falar da EJA pelo seu método inovador de educar o adulto conforme sua realidade com a intenção de torná-lo um cidadão crítico. A educação no método EJA é uma modalidade de ensino, amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada, por isso é o método mais indicado para o ambiente penitenciário (FERNANDES *et. al.*, 2012).

Freire (1977, p.6) comenta que:

Eis aí um princípio essencial: a alfabetização e a conscientização jamais se separam. Princípio que, de nenhum modo, necessita-se limitar-se à alfabetização, pois tem vigência para todo e qualquer tipo de aprendizado. A alfabetização merece destaque por ser o campo inicial do trabalho do autor, onde se encontra a maior parte das experiências, além de que é um tema da maior relevância social e política no Brasil, como em muitos países do Terceiro Mundo.

Levin (1984, p.30) aborda que “uma política educacional mais igualitária exigirá, no mínimo, a disponibilidade de instrução pública gratuita e de boa qualidade em todos os níveis de ensino a todos os segmentos da sociedade, em vez de experiências escolares diferentes para o rico e para o pobre”.

A manutenção da estrutura física interna, preparar e servir alimentação para os presos e agentes penitenciários é uma tarefa incumbida a um grupo composto por dez detentos, escolhidos a partir de critérios de bom comportamento. Esse grupo recebe tratamento diferenciado, locacionados na cela de número dezoito, que o acesso fica fora da área do pavilhão, tem acesso a aparelhos de televisão e rádio, além de ventiladores dentro de suas celas. A cada três dias trabalhados os apenados são bonificados com um dia de remissão da pena.

As refeições dos detentos são realizadas em suas próprias celas (fotografia 5), em recipientes de plástico, com uso de talheres do mesmo material, não tendo acesso desta maneira a instrumentos perfuro cortantes. É um direito constituído aos apenados o

recebimento de alimentos dos familiares, desde que respeitadas algumas regras, estas dispostas na LEP (Lei de Execuções Penais).

Fotografia 8: Recipientes de plástico para refeição dos apenados, Penitenciária Geraldo Beltrão



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

Fotografia 9: Cozinha da Penitenciária Geraldo Beltrão



Fonte: Autor da pesquisa, 2014.

A primeira refeição do dia é servida às 6 horas, composta por café, pão com margarina e um tipo de fruta, em um cardápio disponibilizado pela secretaria. O almoço é disponibilizado por dois apenados da cozinha (Fotografia 9), às 11 horas, que tem por base, feijão, arroz, macarrão carne e/ou frango. O jantar é servido às 16 horas a base de café, pão, margarina, batata doce, arroz ou macaxeira e carne ou mungunzá.

A precariedade com que são servidas as refeições, só não é pior do que o descaso com que as autoridades tratam as unidades prisionais existem profissionais lotados na Secretária da Administração Penitenciária (SEAP), das mais diversas áreas como: psicólogos, advogados, nutricionistas entre outros. Sendo estes últimos responsáveis pela implementação de uma dieta balanceada, contudo, há uma década o cardápio é o mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio toda investigação científica assenta-se numa inquietação do pesquisador em virtude de questionamentos, dúvidas e problemáticas que permeiam o objeto de estudo escolhido. Escolhi este momento final do trabalho, não para que seja apresentadas conclusões gerais ou respostas, mas, para fazer certo diálogo com tudo aquilo que foi pesquisado, colhido, a partir dos levantamentos e pesquisas, que por sua vez irão atender a novas investigações acerca da temática aqui apresentada, pois a busca pelo saber é sempiterna.

Ao indagar sobre a educação no cárcere, torna-se difícil imaginá-la em tal ambiente. Inexiste um fundamento absoluto que justifique ou sirva como instrumento ressocializador, que seja capaz de transformar os apenados, sendo inúmeras as dificuldades enfrentadas. É notória a falta de políticas públicas que previnam a criminalidade, o que resultaria numa diminuição considerável da superlotação dos presídios, ambientes degradantes, sendo emergencial a necessidade de se refletir sobre a condição humana do indivíduo preso, na fomentação de alternativas viáveis para o resgate de sua dignidade tolhida por um sistema que expropria a sua humanidade, por meio de um conjunto de procedimentos diários que visam à segurança.

Apesar de todas essas dificuldades, vale a pena ressaltar o comprometimento dos profissionais em educação, que dão importância ao destino dessas pessoas, que por algum motivo enveredaram para o mundo do crime, reconduzindo-as ao convívio social, sendo esse comprometimento essencial para uma mudança de comportamento dos apenados, estes ainda não estão intimamente convictos de que podem ser ajudados, ainda são relutantes aos auxílios que lhe são apresentados.

Pautado em depoimentos dos que se dedicam em atividades nos presídios, como: agentes penitenciários, gestores, professores e os próprios apenados, podemos destacar uma considerável melhoria no comportamento, na elevação da auto-estima e ausência de violência nas áreas que são destinadas a educação, haja visto que existe respeito entre os apenados e os profissionais em educação. A educação em unidades prisionais configura-se num grande desafio para os profissionais de pedagogia, que refletem, pensam, no mundo contemporâneo sobre práticas educacionais, sendo de suma importância a possibilidade deste profissional, aglutinar conhecimentos que vão muito além de práticas pedagógicas.

Por fim, a crença de que esta pesquisa possa vir a contribuir para a elaboração de propostas futuras que objetivem a melhoria das praticas educacionais para aqueles que cumprem pena privativa de liberdade no sistema penitenciário, sobretudo no paraibano. E

também, Chega-se a conclusão que o sistema penitenciário nacional brasileiro ainda pode ser reformulado, a partir de medidas governamentais, pois, os apenados tem direitos assegurados por textos oficiais, sendo os direitos retirados dos infratores punidos com a privação da liberdade, o seu direito de ir e vir e os direitos políticos. Os demais, como assistência a saúde, educação e jurídicos devem ser mantidos, sem que haja qualquer tipo de represália.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Ministério da Justiça**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B364AC56A-DE92-4046-B46C-6B9CC447B586%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº. 9.394/96**. Brasília, 1996.

_____, **Constituição da República Federativa, 1988**, Brasília, Senado Federal, gráfica, 1988.

_____, **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 08 mar. 2014.

_____, **Diário da República eletrônico**. Disponível em: <<http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a geografia).

CARRREIRA, Denise. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação:** Educação nas Prisões Brasileiras. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.dhescbrasil.org.br/attachments/289_Educa%C3%A7%C3%A3o%20nas%20pris%C3%B5es%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CARRREIRA, Denise. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: **Educação nas Prisões Brasileiras** / Denise Carreira e Suelaine Carneiro. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

CASTRO, Orlando Gomes de. **A ressocialização de detentos da prisão provisória de Curitiba estimulada pela arte-educação**: relato de experiência. (Monografia Pós-Graduação da Faculdade de Artes do Paraná), 2014. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_orlando.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CAVALCANTI, Vagner Martins. **Dupla privação [manuscrito]**: a realidade de apenados com deficiência física em presídios na Paraíba. (Monografia Graduação em enfermagem Universidade Estadual da Paraíba), 2012. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1772>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

ESTADO DA PARAÍBA. Conselho Estadual De Direitos Humanos – CEDH/PB. **Relatório de Visita do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba Realizada na Penitenciária de Segurança Máxima Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes - PB1/PB2.** João Pessoa (PB) - 28/08/2012. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio_carceraria.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

FERNANDES, Cleide B. Silveira; ANDREATA, Lucimeri; RIBEIRO, Silvana K. Educação nas penitenciárias: uma possibilidade de mudança. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET** – ISSN 2175-1773 - Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revistapedagogia/pdf/n3/7%20ARTIGO%20LUCIMERI.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

FARIAS JUNIOR, J. **Manual de criminologia**. Curitiba: Juruá, 1993.

FERNANDES, Cleide B. Silveira; ANDREATA, Lucimeri; RIBEIRO, Silvana K. **Educação Nas Penitenciárias: Uma Possibilidade de Mudança**. Ensaios Pedagógicos. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET – ISSN 2175-1773 - Julho de 2012.

FOUCAULT, MICHEL. **Vigiar e punir**: Petrópolis: Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 2º ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

GLOBO1. Globo Brasil Notícias. **Crises fazem 2013 ser ano com maior número de presos no sistema federal**. São Paulo. em 16/01/2014. Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/g1/brasil/noticia/2014/01/crises-fazem-2013-ser-ano-com-maior-numero-de-presos-no-sistema-federal.html>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

GLOBO. **Número de presos no sistema prisional**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/01/crises-fazem-2013-ser-ano-com-maior-numero-de-presos-no-sistema-federal.html>>. Acesso em: 08 mar. 2014.

IBGE. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2014.

LEVIN, Henry M.; SOLARI, C. L. B. de; LEAL, M. Â. De.; MIRANDA, G. V. de.; VELLOSO, J. R **Educação e desigualdade no Brasil**. Petrópolis: Vozes Editora, 1984.

LIMA, Érica Andréia de Andrade. **Sistema Prisional Brasileiro**. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito. 2011. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/16443653/sistema-prisional-brasileiro-unipac>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

MALAGUIAS, Josinaldo. **Poder e Socialidade: o Contexto Penitenciário Paraibano**. Sociologia. Ed. Edusc 2008. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/administracao-penitenciaria/a-secretaria>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PIAGET, Jean, 1896- **Para onde vai a educação?** Tadução de Ivete Braga. 6. ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1978.

PLANO DIRETOR DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DA PARAÍBA. 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BE8216612-B055-4472-A5B0-C443F88D788C%7D&ServiceInstUID=%7B4AB01622-7C49-420B-9F76-15A4137F1CCD%7D>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

SILVA, Mazukyevicz Ramon Santos do Nascimento. **Que pode a educação na prisão?**. (Dissertação Mestrado em Ciências Jurídicas). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SUCUPIRA, Ana Paula Gondim; SOUSA, Iolanda Maria Gomes de; OLIVEIRA, Joaquim José Luís Bruno de. **Penas alternativas:** inclusão e experiência de apenados na educação de jovens e adultos. Fortaleza-CE, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_penas.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

TORRES, Rosa María. **Educação para todos:** a tarefa por fazer / Rosa María Torres; trad. Daisy Moraes. Porto Alegre: ARTEMED Editora, 2001.